

Maria Manuela R. de Sousa Silva
Professora Adjunta do Departamento de História/IFCS/UFRJ.

Portugueses no Brasil

Imaginário social e táticas cotidianas (1880-1895)



Desde o final da década de 1960 se instaura em nossa cultura ocidental uma crise sem precedentes. O consenso social em torno da grande narrativa ordenadora que, desde os primórdios da modernidade, alimenta um otimismo inabalável no progresso, nos avanços tecnológico e científico e na contínua expansão de bens e serviços acessíveis a um número cada vez maior de homens, começava a ser alvo de descrédito. São anos marcados por profundas desilusões, por conflitos e tensões sociais oriundas dos murmúrios irracionais das massas, dos ruídos inquietantes dos grupos outrora silenciados, mas que a partir de agora passam a denunciar sua exclusão do sistema.

Por toda a parte irrompem minorias organizadas reivindicando um lugar na história, exigindo direitos tradicionalmente cassados ou simplesmente não reconhecidos. Não deixa de ser significativo que a partir dos anos de 1950 o vocábulo 'identidade' se desprenda de seus antigos contextos (campo da matemática, da lógica, da filosofia e do idealismo germânico dos inícios do século XIX), passando a ocupar um lugar proeminente nas ciências humanas e sociais.

Assistimos então à organização destas minorias em grupos de pressão política e ideológica, que passam a questionar a antiga ordem social e suas hierarquizações, procurando, através de múltiplas táticas, nem sempre pacíficas, impor o reconhe-

cimento de seus direitos e conseqüentemente o respeito à alteridade.

São os trabalhadores, os estudantes, as mulheres, os marginais, os pobres, os velhos, as minorias étnicas, raciais, religiosas, sexuais, etc., por fim saindo do anonimato e do esquecimento, rastreando e reconstruindo suas próprias identidades, cujas memórias não coincidem com os discursos de saber, até então elaborados pelos historiadores.

Mas, se é verdade que vivemos um momento marcado pela inflação de discursos que apontam para a diferença, para o respeito às alteridades e conseqüentemente aos direitos das minorias, o fato é que nossos tempos de 'renascimento étnico' são marcados pelo extermínio e a morte do 'outro', seja ele o estrangeiro, o negro, o pobre, o imigrante, ou simplesmente o que difere de *nós*.

Foi, sem dúvida, este paradoxo que despertou em mim o interesse em rastrear as memórias sociais dos imigrantes portugueses no Brasil, tentando apreender

as diversas táticas de resistência, face às hostilidades e ressentimentos acumulados ao longo de uma frustrante e dolorosa convivência entre ex-colonizadores e ex-colonizados que, em pouco ou nada coincidiam com os discursos oficiais. Estes, ora apontavam para uma convivência cordial e pacífica, tecida por laços de fraternal amizade, cimentados por uma língua, cultura e experiência histórica partilhadas, ora procuram construir uma imagem totalmente hostil à colônia portuguesa, tentando apagar qualquer traço em comum, circunstância entendida como fundamental para construir uma nação soberana, na contramão de um passado colonial. Esta última tendência ganharia ampla ressonância na opinião pública nos anos difíceis que se seguiriam à implantação da República, principalmente devido à propaganda ideológica anti-lusitana dos jacobinos.

Porém, desde o início da imigração portuguesa massiva para o Brasil, as relações de convivência social entre súditos portugueses e brasileiros, sempre foram



Exposição comemorativa do 4º centenário do Brasil na Sociedade Propagadora das Belas Artes. Rio de Janeiro, 1900. Arquivo Nacional.

marcadas por tensões. Estas eram decorrentes das frustrações, das expectativas e interesses contraditórios e ambivalentes que, a cada conjuntura, punham em ação diferentes táticas de sobrevivência cotidiana, tecidas por astúcias sempre em mutação de sentido.

Os pontos geradores de maior tensão poderiam ser, tratando-se de imigrantes destinados ao setor agrícola, o descumprimento das cláusulas contratuais que regiam os contratos de locação de serviços ou contratos de parceria agrícola, através de vários artifícios que burlavam a lei, decorrentes, na maioria das vezes, da ganância de angariadores de mão-de-obra imigrada em convivência com tabeliães e patrões, situação decerto facilitada pela ignorância e boa-fé dos trabalhadores emigrantes.

Dentre as situações irregulares mais comuns sobressaem aquelas em que o contrato era um simples instrumento particular (um recibo ou escritura) e não uma pública forma, celebrada perante tabelião; as assinaturas dos contratados feitas a rogo de terceiros, mesmo quando os imigrantes sabiam assinar seu nome; a ausência do visto obrigatório do governador civil, bem como do reconhecimento do consul brasileiro sediado em território português, ou finalmente a inexistência de um dispositivo legal no contrato proibindo a cedência de serviços a terceiros, o que era amplamente praticado.

A ausência de qualquer um destes dispo-

sitivos legais acarretava a ilegalidade dos contratos assinados, deixando os imigrantes, uma vez em terras brasileiras, entregues à sua própria sorte. Porém, são comuns os casos de imigrantes que não se deixam facilmente abater pela situação, reagindo com as armas de que dispõem. Estas podiam ir da fuga do local de trabalho, ainda que sob a ameaça dos rigores da lei, à simples recusa em trabalhar ao ritmo proposto pelos capatazes ou ainda à denúncia em jornais portugueses ou através das autoridades consulares, passando pela organização de movimentos de rebelião, atitudes que expressavam uma reação às desilusões, aos sonhos frustrados e à exploração de que eram vítimas.

Outro foco de atrito era constituído pelas constantes rebeliões contra as péssimas condições de higiene e alimentação, ou ainda contra a superpopulação, nas precárias instalações reservadas à hospedagem provisória dos imigrantes. Um motim de grande repercussão ocorreu em 1888, quando cerca de dois mil imigrantes, em grande número oriundo das Ilhas Atlânticas, se colocaram em pé de guerra contra as precárias acomodações e a péssima qualidade da alimentação fornecida.¹

Mas os imigrantes açorianos e madeirenses rebelar-se-iam ainda por outro motivo. A Sociedade Central de Imigração e a Inspeção de Terras e Colonização haviam tentado promover a separação entre os pais e filhos menores, sob

a alegação de que desta forma facilitaria sua colocação nas fazendas de café.

Anos antes, em fevereiro de 1882, quando da internação de imigrantes na província de São Paulo, devido a um surto de febre amarela, mais de trezentos imigrantes açorianos sublevados, alertam o vice-consul português para o fato de estarem dispostos a reagir à bala, se necessário fosse, caso a Inspetoria de Terras e Colonização insistisse em separar os homens de suas crianças e mulheres, sob a alegação de que isto favoreceria sua alocação nos postos de trabalho.²

A questão do recrutamento ilegal de menores portugueses³ para as fileiras do exército, marinha e destacamentos da polícia, foi também ao longo do século XIX uma fonte de constante tensão entre as autoridades consulares e as autoridades brasileiras, face ao volume de pro-

cessos abertos por familiares ou tutores e às reclamações diárias veiculadas pela imprensa portuguesa. Contudo, boa parte dos jovens que havia escapado ao recrutamento ilegal, poderia ser presa fácil dos destacamentos militares que patrulhavam a cidade. De fato, se por acaso, esses jovens fossem revistados e não pudessem apresentar os documentos, comprovando sua condição de estrangeiros, regularmente admitidos no país (passaporte ou inscrição consular), eram imediatamente presos e conduzidos às estações policiais, de onde posteriormente seguiam para a Casa de Detenção.

Porém, muitos desses jovens, após alguns dias de reclusão, eram conduzidos, à força, para estabelecimentos agrícolas situados no interior fluminense, onde engrossam o contingente de trabalhadores rurais. Esta modalidade ilegal de



Vista da praça Quinze de Novembro e da Ilha das Cobras. Rio de Janeiro, 1900. Arquivo Nacional.

trabalho compulsório, resultava na maioria das vezes de um conluio estabelecido entre os delegados e fazendeiros, que, sem qualquer ônus, passavam assim a dispor de mão-de-obra para suas lavouras.

Ainda em relação aos imigrantes menores de idade, a correspondência consular bem como o noticiário veiculado pela imprensa, freqüentemente nos informam sobre casos de prisão irregular de jovens que, não sendo desocupados, se dedicavam a pequenas atividades econômicas informais como a de vendedores ambulantes, carregadores de mercadorias, estafetas, moços de recados etc., atividades donde tiravam muitas vezes o sustento próprio e o da família.

É através dos processos que acompanham boa parte da correspondência consular⁴ que podemos mapear os principais focos de tensão e conflito gerados no calor dos enfrentamentos cotidianos entre portugueses e nacionais, bem como rastrear as diversas táticas de resistência, assimilação e negociação que se inscrevem nas práticas sociais.

Invariavelmente, os processos apontam todos eles para situações de conflito em que os súditos portugueses aparecem como vítimas de vários tipos de violência. Esta podia concretizar-se num simples saque a uma casa comercial, sob a alegação genérica de seu proprietário 'explorar os nacionais'; ou ainda num ato de invasão de domicílio cometido por capoeiras infiltrados nos destacamentos policiais, com a conivência das autoridades.

Mas a violência poderia chegar a formas mais brutais, como espancamentos, atentados, estupros e outros crimes.

Assim, entre os anos de 1878 e 1889 foram instaurados 110 processos, sendo todos eles contra brasileiros ou órgãos oficiais. De uma maneira geral, os inquéritos consulares eram abertos a partir de uma denúncia pessoal (familiares da vítima, vizinhos ou comerciantes sediados no local da ocorrência) ou via imprensa, referindo-se apenas aos casos mais graves, dos quais haviam resultado agressões físicas ou morte da vítima.

Se compararmos estes dados com as notícias divulgadas pela imprensa, agora cobrindo apenas o período que vai de 1880 a 1888, verificaremos que num total de 121 ocorrências envolvendo exclusivamente súditos portugueses, três eram referentes a prisão arbitrária, 11 a invasões de domicílio por policiais e capoeiras, dois diziam respeito a seqüestros praticados por soldados, um a estupro de criança, 35 a flagrantes de espancamento em grande parte motivado por rixas de trabalho, 28 a prisões sem culpa formada, quatro a abusos de autoridade cometidos por delegados e policiais, vinte a atentados e 15 a assassinatos.

São igualmente bastante comuns os testemunhos referentes à participação de imigrantes portugueses nos conflitos urbanos que agitaram o Rio de Janeiro no final do século XIX e nas primeiras décadas do século seguinte, questão que desafia as autoridades diplomáticas, dese-

josas de manter uma política de boa vizinhança. Em 1880, na sequência das arruaças urbanas provocadas pelo novo imposto de vinte réis por pessoa transportada nos bondes, teriam sido feridos e presos vários 'agitadores portugueses', decerto simpatizantes do movimento desencadeado por Lopes Trovão e que, por dias a fio, enfrentariam a polícia nas ruas do centro da cidade.

Anos mais tarde, já em pleno regime republicano, voltamos a encontrar a presença de trabalhadores portugueses nos graves conflitos de rua, ocorridos por ocasião das greves desencadeadas em novembro, quando da queda de Deodoro e a subida ao poder de Floriano Peixoto assumiu o poder ou ainda nos tumultos desencadeados durante a greve dos trabalhadores da Estrada de Ferro da Central do Brasil.

Em 1892 trabalhadores portugueses da Estrada de Ferro de Sapucaí voltam a rebelar-se, decretando greve por pagamento de salários atrasados. Paralelamente, elaboram um documento com suas reivindicações que encaminham ao consul geral de Portugal no Rio de Janeiro, solicitando sua intermediação junto ao governo brasileiro, com o objetivo de obter deste o rápido cumprimento das obrigações patronais assumidas.⁵

Como bem observava o ministro plenipotenciário de Portugal no Brasil, conde Paço de Arcos, em 1893 :

(...) é esta participação ativa e quase

preponderante , esta constante solidariedade em todas as manifestações da vida pública e particular, este entrelaçamento complexo e absoluto de famílias, de negócios, de empresas, de interesses de toda a ordem, que quase tiram ao imigrante português no Brasil os direitos de súditos estrangeiros, porque modificados estão na prática e pela força das coisas, os seus deveres.⁶

Mas o envolvimento de imigrantes portugueses vai além dos conflitos de rua. Ele manifestava-se igualmente via debates veiculados pela imprensa, aspecto que é amplamente denunciado e criticado pelas autoridades consulares. A este respeito as palavras do consul geral de Portugal no Rio de Janeiro, dr. Manuel Garcia da Rosa são emblemáticas. Ao criticar o constante envolvimento de súditos portugueses nas arruaças e conflitos urbanos, afirma

(...) os portugueses aqui residentes esquecem-se que são estrangeiros e tomam parte na política brasileira, quase com mais afoito que os próprios nacionais, não se contentando em falar, mas recorrendo até à imprensa, o que tem por vezes dado lamentáveis resultados.⁷

Um desses 'lamentáveis' incidentes com a imprensa, havia ocorrido em torno do jornal *Corsário*, de propriedade de Apulcho de Castro, que denunciara em suas páginas várias abusos de autoridade

de comentidos por brasileiros contra súditos portugueses.

Anos mais tarde, outros jornais portugueses também serão vítimas de perseguições e atentados, como é o caso da *Gazeta Lusitana* (1882-1889), invadida três vezes em represália às denúncias feitas contra policiais integrantes da Guarda Nacional, acusados de atentarem contra a vida de súditos portugueses.

Mas é na última década do século XIX e nas duas primeiras do seguinte que se adensam as tensões entre portugueses e nacionais, inscrevendo no imaginário social novas formas de rejeição. Assim, à antiga e desgastada imagem do português visto pela população brasileira como o explorador/colonizador/patrão, acrescenta-se a de estrangeiro/monarquista/conspirador. De fato, o momento político é difícil após a implantação da República, em decorrência dos graves incidentes da Revolta da Armada no início de setembro de 1893, na baía da Guanabara, que irão provocar o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países tradicionalmente 'irmãos'.

Após a ocupação da fortaleza de Villegaignon pelos revoltosos 'monarquistas' sob o comando direto de Custódio de Melo, o governo de Floriano Peixoto, face às hostilidades, solicita aos países estrangeiros que tinham navios fundeados na baía, apoio estratégico-militar no sentido de sustar a ação dos beligerantes e desta forma evitar o bombardeamento do Rio de Janeiro.

A situação de Portugal no conflito armado complica-se de vez após ter dado asilo político aos revoltosos, atitude que se opunha frontalmente às diretrizes do governo brasileiro, que através do decreto de 10 de outubro de 1893 havia considerado os revoltosos não simples dissidentes políticos mas criminosos de guerra.

Era o início de uma longa e dramática disputa diplomática que expunha contradições, mal-entendidos, interesses conflitantes e ressentimentos mútuos. É exatamente o momento propício para o recrudescimento de uma onda de indignação popular contra Portugal, considerado inimigo da causa nacional republicana e, por extensão, inimigo do povo brasileiro, sentimento que é amplamente explorado na imprensa pelos jacobinos, facção política constituída por grupos republicanos mais radicais pertencentes às camadas médias urbanas emergentes.

O sentimento anti-lusitano generaliza-se, graças não só à propaganda jacobinista mas também à postura do governo que, se não apoia abertamente qualquer tipo de represália ou violência para com os portugueses, na prática nada faz para evitá-las.

De agora em diante os portugueses, independentemente de suas opções políticas e ideológicas, são considerados pela ideologia jacobinista como inimigos da república, por serem inveterados seguidores ou simples admiradores da

causa monárquica. Se por um lado, a ideologia jacobinista convertia suas desconfianças contra os súditos portugueses num único padrão homogenizador de comportamento político, simplificando a questão, pois transformava-os em 'bode expiatório', por outro, sinalizava uma situação que não era nem um pouco infundada.

A este respeito o desabafo do diplomata português conde de Paço de Arcos é emblemático.⁸ Em correspondência encaminhada ao Ministério das Relações Exteriores do governo Floriano Peixoto, a certo momento afirma: "(...) esta iníqua propaganda que pesa sobre toda a colônia portuguesa indiscriminadamente é enganosa pela generalização". E mais adiante acrescenta:

Os portugueses que afinal são acolhidos com benevolência no país, não se lhes perguntando se são plebeus ou fidalgos, católicos ou livre pensadores, republicanos ou não, mas acabam *por abusar da magnanimidade brasileira. São estes mesmos portugueses de todas as condições que fomentam às claras ou ocultamente o espírito de reação contra o governo constituído* (grifo meu).

Pelas ponderadas palavras do diplomata português fica bastante claro que as desconfianças dos jacobinos tanto quanto a animosidade do governo brasileiro, não eram de todo infundadas. De fato, logo que a república é implantada no Brasil surgem opiniões e atos de franca hostili-

dade ao novo regime, veiculados tanto na imprensa brasileira quanto na estrangeira.

Em Portugal, localiza-se o foco que maior preocupação inspira às autoridades republicanas. De fato, é de Lisboa que se articula um polo de disseminação das idéias contrárias à República bem como ao governo Floriano Peixoto, tendo por veículo a conhecida *Revista de Portugal*, dirigida por Eça de Queirós. Nela aparecem uma série de artigos da autoria de Eduardo Prado que invariavelmente os assinava com o pseudônimo de Frederico S.

Um outro *locus* de tensão é constituído pela moradia popular urbana. Em torno dela se agudizam os conflitos que tanto podem opor trabalhadores portugueses a trabalhadores nacionais quanto proprietários portugueses a autoridades municipais brasileiras. Esta questão que já começara a delinear-se no final da década de 1980, ganha nos últimos anos do século XIX e nos anos que se seguem novas e inusitadas proporções, na seqüência das profundas transformações de caráter modernizador que vão ocorrer no espaço urbano.

Numa cidade que se expandia rapidamente, procurando disciplinar seu espaço urbano, e que enfrentava ano após ano um crescente aumento de sua população trabalhadora, a moradia popular passava a constituir um verdadeiro drama para as classes mais desfavorecidas.

Hoje sabemos que uma parte significativa das moradias destinadas à habitação

popular estavam em mãos de portugueses. De acordo com a documentação disponível, só nos bairros de São José e da Glória, que no início do século eram mais densamente povoados, existiam 414 proprietários portugueses, representando 58% do total dos donos de cortiços da área.

Nas fontes consulares encontramos inúmeros processos encaminhados por proprietários de cortiços, solicitando ao governo brasileiro o ressarcimento dos danos e perdas decorrentes das invasões, saques e destruição de instalações, por grupos de brasileiros desordeiros. Quase sempre estes incidentes eram deflagrados por turbas populares que, aproveitando as inspeções sanitárias realizadas pela Inspetoria Geral de Higiene da Prefeitura, provocavam quebras-quebras generalizados, além de atos de

violência com os inquilinos, na sua maioria trabalhadores portugueses. Não deixa de ser desconcertante o fato de que estes últimos, sendo tão miseráveis quanto os seus agressores, estavam expostos ao mesmo tipo de exploração. Porém, o fato de terem moradia no centro da cidade, propriedade de patricios, próximo aos locais de trabalho, tornava-os verdadeiramente 'privilegiados' aos olhos dos trabalhadores nacionais.

Viver em constante tensão era o cotidiano da convivência social entre súditos portugueses e nacionais. Se, por um lado, essa tensão constitui a expressão de sonhos frustrados, do choque de interesses ou ainda de visões peculiares de mundo, por outro lado, constrói um espaço de negociação, onde as táticas postas em circulação tecem suas específicas astúcias de sobrevivência.

N O T A S

1. *Gazeta Lusitana*, Rio de Janeiro, 31.12.1888.
2. Consulado Geral de Portugal no Rio de Janeiro. Caixa 221, anos 1884-1886. Doc. 16, Série A, 25-8-1885. Arquivo do MNE/SE/Lisboa-Portugal.
3. *Gazeta Lusitana*, Rio de Janeiro, 24.3.1889.
4. Legação de Portugal no Rio de Janeiro. Proteção a Súditos Portugueses. Caixa 975/977, anos 1887-1890. Arquivo do MNE/SE/Lisboa-Portugal.

5. Correspondência da Representação Diplomática de Portugal no Brasil. Nota 68, 14-10-1893. Arqo.288,2,12 do Arquivo Histórico do Itamarati.
6. Legação de Portugal no Rio de Janeiro. Proteção a Súditos Portugueses. Caixa 975. Doc. 3, Proc. 8, Série A, 30-05-1893. Arquivo MNE/SE/Lisboa-Portugal.
7. Legação de Portugal no Rio de Janeiro. Caixa 219. Anos 1880-1881. Doc.5,Série A,Reservado,13-10-1880. Arquivo MNE/SE/Lisboa-Portugal.
8. Correspondência da Representação Diplomática de Portugal no Brasil. Nota de 18-12-1891. Arqo. 288,2,11. A.Histórico do Itamarati.

A B S T R A C T

This article intends to discuss everyday conflicts and tensions that opposed Portuguese subjects and Brazilian during the last years of 19th century and the beginning of 20th century.

R É S U M É

Cet article fait une brève esquisse des conflits et tensions sociaux quotidiens qui opposaient les portugais et les brésiliens dès la fin du XIX^{ème} siècle et dans les deux premières décades du XX^{ème} siècle.